

MAPUTO A MEIO-GÁS E AO SOM DE TIROS E CHEIRO A PNEU

Indignado com o alto custo de vida, povo sai à rua para protestar e Governo manda a Polícia disparar

- O povo mobilizou-se para protestar contra o elevado custo de vida em Moçambique. A mensagem principal apelava aos funcionários do Estado e trabalhadores do sector privado para permanecerem em casa. E não há dúvidas de que o apelo anónimo que circulou pelas redes sociais funcionou: Ontem, Maputo era uma cidade fantasma, sem o habitual movimento de pessoas e viaturas, e com poucos serviços disponíveis. Algumas escolas e universidades permaneceram encerradas e aquelas que abriram funcionavam a meio-gás, dado o reduzido número de alunos/estudantes e professores. No período da tarde, praticamente não havia aulas na capital do país. E o comércio fechou relativamente cedo, incluindo o informal.



- No lugar de responder com medidas concretas para aliviar o impacto da crise, o Governo mobilizou todas as unidades da Polícia, munidos de armas de guerras, pistolas, granadas de gás lacrimogéneo, cães e carros blindados. Meios materiais e humanos que tanta falta fazem em Cabo Delgado, onde a população indefesa continua a morrer nas mãos de extremistas violentos. Nos principais terminais e paragens de passageiros o cenário parecia de guerra. De um lado a Polícia e do outro os cidadãos sedentos de expressarem a sua indignação face à deterioração das condições de vida no país. A Polícia tinha ordens para reprimir violentamente qualquer tentativa de gozo do direito à indignação por parte dos cidadãos.
- Nos locais onde houve colocação de barricadas nas estradas, a Polícia reagiu com violência: disparou balas de borracha e de chumbo e lançou granadas de gás lacrimogéneo de forma indiscriminada. Algumas granadas foram atiradas propositadamente para as residências, sobretudo nas proximidades da EN4, no troço entre a antiga Brigada e Maquinag. Aliás, aqui os confrontos entre a Polícia e os residentes locais prolongaram-se pela noite adentro. Os tiros foram ouvidos até à meia-noite desta sexta-feira. Até aqui nenhum membro do Governo se pronunciou sobre a situação vivida nesta quinta-feira na região metropolitana do Grande Maputo. E a questão que se coloca é: Será hoje não haverá mais agitação?





O início desta semana foi marcado por mensagens anónimas que circulavam nas redes sociais mobilizando as pessoas para uma “greve” em todas as cidades moçambicanas em protesto contra o elevado custo de vida (em Junho a inflação foi de 10.81%, a taxa mais alta dos últimos quatro anos e nove meses)¹. Numa das mensagens de texto, os autores anunciavam que a “greve” teria lugar na quinta-feira, 14 de Julho, com início às 06h00 da manhã, e apelavam aos transportadores de passageiros, comerciantes, funcionários do Estado e trabalhadores do sector privado para não se dirigirem aos seus postos de trabalho.

Apesar de reconhecer que teriam de “enfrentar os irmãos mal usados da PRM” – uma referência à instrumentalização da Polícia pelo Governo da Frelimo, os autores da mensagem convidavam todos os cidadãos a juntarem-se à marcha. Outras mensagens em formato de áudio também apelavam no mesmo sentido. Isto é, a realização de manifestação na quinta-feira como sinal de protesto contra o alto custo de vida.

Na tarde de quarta-feira, algumas instituições, sobretudo missões diplomáticas, organizações internacionais e escolas privadas, informaram os seus colaboradores que na quinta-feira todos deviam trabalhar a par-

tir de casa. A medida visava evitar os riscos de violência associados a uma manifestação popular na zona metropolitana do Grande Maputo. Os operadores de transporte escolar também avisaram os pais e encarregados de educação que na quinta-feira não iriam sair à rua como forma evitar eventuais danos nas

suas carrinhas.

O Comando-geral da Polícia da República de Moçambique (PRM) reagiu às mensagens afirmando que estava em “prontidão operacional” e anunciou o reforço da vigilância o patrulhamento ostensivo, sobretudo nos centros urbanos, principais vias rodoviárias,

¹ <https://www.opais.co.mz/pais-atinge-novo-recorde-na-subida-de-precos/>



terminais rodoviários e em lugares estratégicos, económicos ou sociais.

“O trabalho a que nos referimos é profilático para evitar que haja uma manifestação. Mas também abrimos uma investigação para sabermos quem são as pessoas que estão a partilhar estas mensagens. Apelamos para que as pessoas não adiram a esta greve que é considerada ilegal, porque os respectivos promotores não estão a dar a cara, nem a seguir aquilo que está plasmado na lei para o exercício daquilo que é o direito à manifestação”².

O movimento sindical de Moçambique apareceu a distanciar-se da “greve” e apelou a todos os trabalhadores a apresentarem-se nos seus postos de trabalho na quinta-feira. “O movimento sindical reitera o seu apelo a todos os trabalhadores para se manterem

calmos, serenos e vigilantes contra quaisquer manobras e tentativas desviantes e recomenda aos comités sindicais, estruturas sindicais provinciais e sindicatos nacionais para que estejam atentos e sigam as orientações a serem emanadas pelos órgãos centrais daqui em diante e continuem a participar activamente na produção”³.

A mensagem – que mais se confunde com uma declaração do Governo- mostra claramente o nível de subserviência dos sindicatos moçambicanos ao Governo da Frelimo. O movimento sindical que emitiu a declaração é constituído por Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM-CS), Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (CONSILMO), Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ), Orga-

nização Nacional dos Professores/Sindicato Nacional dos Professores (ONP/SNPM) e a Associação Médica de Moçambique (AMM).

Ainda na tarde de quarta-feira, foi convocada uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros, a primeira deste mandato. Quando todos os moçambicanos esperavam por uma declaração do Governo sobre a “greve” que tinha sido convocada para quinta-feira, veio a informação de que o Conselho de Ministros decretou a observância de Luto Nacional de cinco dias, com efeito a partir da meia-noite do dia 14 de Julho, na sequência da morte de José Eduardo dos Santos, antigo Presidente de Angola⁴.

O Governo dedicou uma sessão extraordinária para decretar a observância de Luto Nacional, uma decisão que poderia ter sido tomada na sessão ordinária do Conselho de

² <https://www.opais.co.mz/prm-pronta-para-intervir-em-caso-de-suposta-greve-anunciada-nas-redes-sociais/>

³ <https://www.jornaldomingo.co.mz/nacional/sindicatos-distanciam-se-de-graves-mobilizadas-nas-redes-sociais/>

⁴ <https://www.rm.co.mz/governo-decreta-5-dias-de-luto-nacional-pela-morte-do-antigo-presidente-angolano-eduardo-dos-santos/>



Ministros de terça-feira. A morte do antigo Presidente de Angola foi anunciada na última sexta-feira (08 de Julho), quatro dias antes da realização da sessão ordinária do Governo. A questão que se coloca é de saber porquê razão o Conselho de Ministros não decretou Luto Nacional na terça-feira, dia em que regularmente acontecem as sessões ordinárias.

Mesmo sem ter emitido nenhuma declaração pública a-propósito da “greve”, o Governo ordenou que a Polícia mobilizasse todos os meios ao seu alcance, incluindo armas de guerras e carros blindados, para reprimir os cidadãos que se fizessem à rua para manifestar a sua indignação contra o elevado custo de vida. E foi o que se viu desde a noite de quinta-feira: patrulhamentos ostensivos e viaturas da Polícia posicionadas nos principais terminais e paragens de transportes de passageiros. Já nas primeiras horas de quin-

ta-feira a situação parecia calma: as viaturas circulavam normalmente na zona metropolitana do Grande Maputo. As cidades de Maputo e Matola “acordaram” praticamente sitiadas por várias unidades da Polícia.

As duas cidades também acordaram vazias das dezenas de milhares de viaturas e das centenas de milhares de pessoas que lhes dão a vida. Maputo era uma cidade fantasma, com poucos serviços e bens disponíveis, sinal da paralisação da economia da capital. Algumas escolas e universidades estiveram encerradas e aquelas que abriram estavam com um número muito reduzido de alunos/estudantes e professores.

Ainda assim, a partir das 09h00 começam os primeiros registos de tentativas de barricar as principais vias de acesso à cidade da Maputo. Em várias avenidas a Polícia teve de intervir para permitir a circulação de viatu-

ras. Por exemplo, na Julius Nyerere, a avenida que liga a zona nobre da capital do país aos subúrbios (e passa em frente à Presidência da República), a Polícia teve de disparar por diversas vezes e afastar os pneus em chamas.

Na EN4, sobretudo no troço entre a antiga Brigada e Maquinag, no bairro Luís Cabral, a Polícia recorreu à força para dispersar os manifestantes. Há relatos de granadas de gás lacrimogêneo atiradas para o interior das residências, situação que causou uma revolta popular. Resultado: os confrontos entre a Polícia e os residentes locais prolongaram-se até à uma hora da madrugada. Quinta-feira foi um dia em que Maputo esteve a meio gás, ao som de tiros e cheiro a pneu queimado e gás lacrimogêneo. As causas da revolta de ontem continuam intactas, a repressão é a aposta do Governo e o povo precisa de catarse social.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: CDD
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

